

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PENSAR RAÇA, CLASSE E GÊNERO PARA A MELHOR IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS E GARANTIA DE DIREITOS

Marcela Paula de Mendonça¹

Resumo: O presente trabalho refere-se a um recorte de pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da USP. A investigação tem como objetivo fundamental a compreensão das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos a partir da intersecção entre as categorias raça, classe e Gênero. Através do mapeamento das histórias escolares de mulheres negras que cursem ou tenham cursado a Educação de Jovens e Adultos (EJA), por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado, e do levantamento de documentos oficiais com foco nessa modalidade de ensino e, busca-se uma melhor compreensão dos processos de escolarização da população negra, tendo como marco temporal a Constituição de 1988. A partir do cruzamento entre a presença ou ausência de políticas públicas que contemplem a população negra na EJA e as trajetórias de vida escolar das mulheres entrevistadas pretende-se ampliar a compreensão sobre o acesso e a permanência da população negra na educação formal ofertada no Brasil. Nesse sentido, os resultados preliminares da investigação apontam para a continuidade de "produção" de público para a EJA com vias à conclusão da escolaridade formal, ainda que o acesso das crianças e jovens em idade escolar tenha sido ampliado nas décadas seguintes à promulgação do texto constitucional. Outro aspecto relevante e que se conecta ao anteriormente mencionado é que o público da EJA, independentemente da faixa etária, é majoritariamente formado por pessoas pretas e pardas. Quando se trata de mulheres negras, a maior parte é de mulheres acima de 30 anos. Os relatos das entrevistadas indicam que o retorno à escolarização formal, através da modalidade Educação de Jovens e Adultos, exige reorganização familiar, especialmente no que tange à renda, posto que é preciso manter o cuidado com os membros da família. Retomar os estudos pode significar ter um gasto a mais que pode impactar na renda familiar, ou diminuir possíveis ganhos financeiros. A continuidade ou retomada da escolarização por mulheres negras implica um investimento coletivo, normalmente da família da estudante. Essas mulheres muitas vezes são beneficiadas indiretamente por políticas públicas voltadas para os filhos em idade escolar, ou até mesmo para pessoas da família com deficiência ou idosos, como é o exemplo do BPC-Loas. Porém, ainda se faz necessário pensar políticas de permanência e conclusão da escolarização via EJA considerando as características do público que a compõe, que é majoritariamente negro e em grande parte formado por

¹ Doutoranda pela Universidade de São Paulo (USP). Orcid: https://orcid.org/0009-0007-4601-3914. E-mail: marcelapaulam@gmail.com



mulheres adultas e trabalhadoras. As políticas públicas para essa modalidade devem, portanto, considerar os dados produzidos acerca dos marcadores sociais que se destacam na sociedade brasileira e que apontam as mulheres negras na base da pirâmide socioeconômica brasileira.

Palavras-chave: Mulheres negras; Educação de Jovens e Adultos; Escolarização formal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resumo Técnico Censo Escolar**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tec nico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995-2015. Ipea: 2016.

CARNEIRO SUELI. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. 1ª ed. – São Paulo: Selo Negro, 2011.

DI PIERRO, Maria Clara. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. *In:* **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000300018